



REPORTAGEM DE CAPA

AO POVO, AS BAIONETAS

PAULO GUEDES E JAIR BOLSONARO TESTAM
OS LIMITES DAS INSTITUIÇÕES E TENTAM
NATURALIZAR O AVANÇO AUTORITÁRIO

por ANDRÉ BARROCAL

O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem fama no mercado financeiro, onde fez fortuna, de grosseiro, enfezado, destemperado. Ao comparecer a uma audiência no Congresso em abril, ouviu do deputado petista Zeca Dirceu que era “tigrão” com os pobres e “tchutchuca” com os ricos e devolveu: “Tchutchuca é a mãe, é a avó, é a sua família”. Depois de o chefe Jair Bolsonaro chamar, em agosto, de “feia” a esposa do presidente francês Emmanuel Macron, comentou com empresários em Fortaleza que “a mulher é feia mesmo”. “Guedes é um Bolsonaro sofisticado”, disse certa vez, a portas fechadas, o deputado Rodrigo Maia, comandante da Câmara, neoliberal feito o ministro. A identidade com o ex-capitão é, de fato, total, inclusive na veia tirânica. Para a presumível satisfação do presidente da federação dos industriais paulistas, Paulo Skaf, que não se dá lá muito bem com Guedes, mas está de pleno acordo com a atual política econômica e

ensaia aderir ao partido linha-dura preparado por Bolsonaro.

Guedes acaba de voltar dos Estados Unidos, onde se reuniu com representantes do FMI, Tesouro americano, Banco Interamericano de Desenvolvimento e empresários. Lá, deu uma entrevista na embaixada brasileira em Washington e foi bolsonarista da gema, ao falar do incentivo que o ex-presidente Lula tem dado a protestos contra o governo. “Chamar o povo para rua é uma irresponsabilidade”, disse. “Não se sustentem se então alguém pedir o AI-5.”

**ENQUANTO O MINISTRO
EVOCA O AI-5 E USA
LULA COMO BODE
EXPIATÓRIO,
O EX-CAPITÃO BUSCA
EMPLACAR A LICENÇA
PARA MATAR**

Parece ter se arrependido das palavras, pois pediu para não serem publicadas. Soube então que havia agências de notícia a reproduzir as suas declarações ao vivo. Inês era morta.

Em 13 de dezembro completam-se 51 anos que a ditadura baixou o AI-5, medida que lhe permitiu fechar o Congresso, cassar parlamentares e juízes do Supremo Tribunal Federal e abolir garantias individuais, entre elas o *habeas corpus*. Um sinal verde para uma política econômica impopular e concentradora de renda ser aplicada sem resistências, quebradas com perseguições, torturas e mortes. Às vésperas do golpe de 1964 contra o presidente trabalhista João Goulart, o 1% mais rico detinha entre 17% e 19% das riquezas (PIB). Em 1971, o índice chegou a 26%, conforme uma tese de sociologia vencedora de um prêmio em 2015 e intitulada “A Desigualdade Vista do Topo: A Concentração de Renda Entre os Ricos no Brasil, 1926-2013”, de Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza, do Ipea.

A concentração de renda no 1% mais rico no Brasil é hoje a segunda maior do planeta, 28%, atrás apenas do Catar,

MAURO PIMENTEL/AFIP





Guedes e Bolsonaro,
dobradinha em
nome do arbítrio

REPORTAGEM DE CAPA

onde alcança 29%, informa a Escola de Economia de Paris. Em terceiro lugar fica o Chile, com 24%. É para impedir que ocorra por aqui a recente convulsão social chilena que a ideia de um novo AI-5 surgiu na boca de um dos filhos de Bolsonaro, Eduardo. O deputado disse em outubro que, se a esquerda radicalizasse como no Chile, “a resposta pode ser um novo AI-5”. Por conta da declaração, o deputado responde a um processo de cassação no Conselho de Ética da Câmara proposto por PCdoB, PSOL, PT e Rede, todos de oposição. Sua degola é improvável, mas a suspensão por uns meses é negociada pelos opositores com Maia.

À época da alegação, o general de pijama Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, dizia ao jornal *O Estado de S. Paulo* ser preciso “estudar como vai fazer” o AI-5. Este “como” materializou-se, em parte, em uma lei enviada por Bolsonaro ao Congresso em 21 de novembro. Ela propõe o “excludente de ilicitude” para policiais e militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem, as GLO. Funciona assim: as forças de segurança podem matar em resposta a agressões recebidas ou se estiverem diante de terrorismo, de portador de arma de fogo e de condutas que possam causar a morte ou restringir a liberdade de alguém. Quem matar não será preso em flagrante nem processado por crime doloso, só culposo, e terá advogados do governo.

É uma licença para matar manifestantes, “o primeiro ato do novo AI-5”, na visão do advogado e mestre em ciências criminais Alberto Kopittke, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Segundo ele, é uma cópia de um decreto baixado pelo governo golpista da Bolívia, a fim de coibir protestos. Bolsonaro não escondeu a intenção. “Se o Congresso nos der o que a gente está pedindo, esse (tipo) protesto vai ser simplesmente impedido de ser feito”, afirmou na segunda-feira 25. Nesse mesmo dia, uma



Eduardo foi o primeiro a ameaçar, Heleno quis estudar a aplicação. Lewandowski alerta: há risco de impeachment



consultoria afinada com o governo, a Arko Advice, havia enviado a clientes um alerta: “O risco de descontrole e de crescimento exponencial de manifestações contra o governo (ainda) parece baixo, mas não desprezível”. Servidores públicos ensaiam uma greve em março de 2020, petroleiros pararam por um dia recentemente... O dono da consultoria é um cientista político, Murilo Aragão, que na transição do governo Michel Temer para o de Bolsonaro candidatou-se a embaixador nos EUA. Seu canal era Paulo Guedes, diz uma testemunha dos acontecimentos. Será que o ministro leu o alerta da consultoria antes de

sugerir a possibilidade de um novo AI-5?

O Palácio do Planalto tem medo das ruas. Em outubro, recrutou um agente secreto da Agência Brasileira de Inteligência para lidar com movimentos sociais, conforme revelado pelo site de *CartaCapital*. Neste ano houve manifestações em Brasília contra as quais enviou a Força Nacional de Segurança, antessala de operações de GLO. Uma em abril, durante um acampamento de mulheres indígenas. Outra em agosto, quando ocorreu a marcha quadrienal de mulheres camponesas, protestos de estudantes contra cortes de verba na educação e uma inédita manifestação de



mulheres indígenas. Em maio de 2017, Temer baixou um decreto de GLO e mandou o Exército cuidar de um protesto em Brasília contra a reforma trabalhista e por sua deposição. À época, um ex-pedreiro, Clementino Nascimento Neto, levou um tiro de bala de borracha e ficou cego do olho esquerdo. Com a lei de Bolsonaro, a bala seria letal.

É uma lei “flagrantemente inconstitucional”, segundo a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Mesma opinião da bancada do PSOL na Câmara, que propôs a Rodrigo Maia considerar a lei “evidentemente inconstitucional” e, com base nisso, devolvê-la ao governo. Em um artigo na *Folha de S. Paulo* na terça-feira 26, Ricardo Lewandowski, juiz do Supremo, citou o risco de *impeachment* de Bolsonaro “caso (ele) venha a atentar contra o exercício dos direitos políticos, individuais ou sociais” e apele às baionetas contra a população.

EVARISTO SAI/AFIP, CARLOS HUMBERTO/STF

**DEFINE O ECONOMISTA
ALFREDO SAAD FILHO,
PROFESSOR
NA UNIVERSIDADE
DE LONDRES:
“SEM REPRESSÃO
O ‘MERCADO’
NÃO FUNCIONA”**

O presidente, aliás, acaba de ser denunciado ao Tribunal Penal Internacional, sediado em Haia, na Holanda, por “incitação ao genocídio indígena”, por um grupo brasileiro de advogados e militantes dos direitos humanos.

É improvável que Maia devolva a lei da matança, mas ele reagiu ao AI-5 de Paulo

Guedes, como fizera no caso de Eduardo Bolsonaro. Na Câmara, comentou que o ministro “gera uma insegurança na sociedade e principalmente nos investidores, porque usar dessa forma (*hipótese de AI-5*), mesmo para explicar o radicalismo do outro lado, não faz sentido. Por que alguém vai propor um AI-5 caso o ex-presidente Lula, que eu acho que está errado porque está muito radical, estimule manifestação de rua?” O presidente do Supremo, José Dias Toffoli, que silenciara quando da declaração de Eduardo, também se pronunciou sobre a afirmação de Guedes ao participar em Alagoas de um evento do Judiciário. “Não se constrói o futuro com experiências fracassadas do passado”, disse. “O AI-5 é incompatível com a democracia.”

Opendor autoritário de Guedes não é questão de personalidade, apenas. É político também. Ao passar por Brasília em agosto, o economista brasileiro Alfredo Saad Filho, professor na Universidade de Londres, comentou que o neoliberalismo vive uma fase autoritária no mundo, a exigir líderes linha-dura para seguir com um receituário que há 40 anos deixa rico mais rico e pobre sem futuro. O ministro da Economia seria a expressão dessa fase, afirmou Saad Filho, dono de um “autoritarismo econômico e de ‘mercado’”. Para essa delegação ao “mercado” dar certo, seguiu o professor, “é preciso autoritarismo político: sem repressão o ‘mercado’ não funciona”. Eis o papel de Bolsonaro, o de líder autoritário. Não é por acaso que o Chile do falecido ditador Augusto Pinochet, que mandou por lá de 1973 a 1989, é a inspiração do presidente brasileiro e seu subordinado. Foi o primeiro país visitado por Bolsonaro depois de assumir o poder, e não a Argentina, como é o costume por aqui.

Guedes bebeu em fontes pinochetistas, embora esse seu passado não seja lá muito conhecido. “Em seus estudos



Skaf dá suporte ao ex-capitão

de pós-graduação na Universidade de Chicago, onde o homem forte era Milton Friedman, pai intelectual dos *Chicago Boys*, Guedes estreitou laços com vários estudantes chilenos que depois viriam a ter papéis relevantes no regime militar (*de Pinochet*), descreve uma reportagem feita em outubro de 2018 no Chile para o jornal *El País*. Um dos colaboradores de Pinochet de quem Guedes se

aproximou foi o diretor de Orçamento, Jorge Selume Zaror. Este comandou a Faculdade de Economia e Negócios da Universidade do Chile no início dos anos 1980 e convidou Guedes para trabalhar como pesquisador e acadêmico. A privatização da Previdência chilena aconteceu naquela época, quando Guedes vivia e trabalhava por lá. Quem comandou a reforma foi Jorge Piñera, irmão do atual

presidente chileno, Sebastián Piñera. Na reforma da Previdência aprovada neste ano no Brasil, o ministro da Economia tentou impor o sistema chileno, baseado em um regime puro de capitalização, mas o Congresso barrou.

A política econômica dos *Chicago Boys* no regime de Pinochet, iniciado em 1973 após um golpe no presidente socialista Salvador Allende, inaugurou a era neoliberal no mundo e ganhou impulso com a chegada ao poder de Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan nos EUA, em 1980. Uma política econômica tão perniciosa à população, que exige mão de ferro, crises ou golpes, conforme o livro *Doutrina do Choque*, de 2007, da canadense Naomi Klein. Recorde-se o que foi feito no Brasil pelo neoliberalismo desde 2015: congelamento de gastos sociais por 20 anos (governo Temer), reforma trabalhista (idem), aumento do tempo de contribuição à Previdência e pagamento de aposentadorias de menor valor (governo Bolsonaro), fim do aumento real do salário mínimo (idem), uma minirreforma trabalhista (idem).

MARCELO CAMARGO/ABR

O NOVO AI-5 CHEGA À FLORESTA

A polícia prende ambientalistas e acusa ONGs pelas queimadas em Alter do Chão

POR GIOVANNA GALVANI E THAIS REIS OLIVEIRA

Após dois meses de investigação, a Polícia Civil do Pará declara ter detido os primeiros suspeitos dos incêndios criminosos ocorridos em setembro na região de Santarém. O fogo consumiu ao todo uma área equivalente a 1,6 mil campos de futebol. Em um roteiro digno dos piores momentos da Operação Lava Jato, foram presos na manhã da terça-feira 26

quatro integrantes da Brigada de Alter do Chão, ONG que atua justamente no combate a incêndios na região. De acordo com a polícia, as investigações apontam o envolvimento desta e de outras organizações civis nas queimadas. Na sede do Projeto Saúde e Alegria, um dos mais prestigiados a atuar naquela região, foram apreendidos computadores, HDs e documentos. “A polícia

chegou armada com metralhadora no nosso escritório sem a gente saber o porquê, sem sabermos qual era a acusação, sem um mandado judicial”, conta Caetano Scannavino, presidente da instituição.

A entidade, diz Scannavino, só teve acesso ao inquérito no fim do dia. “Acho difícil, tamanho o absurdo, que não tenha por trás alguma ação política.” A ofensiva corrobora a

tese alardeada precocemente por Jair Bolsonaro. Acusados pela péssima repercussão internacional das queimadas, o presidente e o ministro Ricardo Salles insinuaram que ONGs nacionais e estrangeiras tocaram fogo na floresta para prejudicar a imagem do País e turbinar o próprio caixa. A investigação, coincidentemente, assenta-se em uma só acusação: os brigadistas teriam provocado o



Rodrigo Maia:
"Guedes é um
Bolsonaro" um
pouco mais
"sofisticado"

É uma agenda que encanta o empresário, míope diante do fato de que, se o brasileiro ganha mal, não vai consumir. Não se ouvem palavras de empresários contra o autoritarismo de Bolsonaro e Guedes, contra ideias de AI-5. Ao contrário. O que se vê é sintonia, simbolizada em Paulo Skaf, líder da Fiesp. Ele estuda filiar-se ao Aliança pelo Brasil, o partido da bala, de Deus, do livre-mercado, da propriedade privada e do anticomunismo bolado por Bolsonaro. Para, quem sabe,

concorrer em 2022 pela quarta vez ao governo de São Paulo ou para ser vice do ex-capitão – se o presidente sobreviver até lá. A *CartaCapital*, a assessoria da Fiesp disse que uma candidatura do empresário em 2022 não está na pauta neste momento.

A filiação de Skaf ao partido bolsonarista seria o desfecho natural de uma história surgida no *impeachment* de Dilma Rousseff. Em março de 2016, despontou em frente ao prédio da Fiesp um acampamento "Fora Dilma". Esse aglomerado foi identificado como um marco da consolidação do bolsonarismo e da extrema-direita pela antropóloga social Isabela Kalil, da Fundação Escola de

Sociologia e Política de São Paulo. Skaf apoiou Bolsonaro no segundo turno da eleição de 2018. Em uma palestra na sexta-feira 22, no Rio de Janeiro, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o presidente comentou: "Eu estava numa reunião o ano passado, com a nata do empresariado de São Paulo, São Paulo se não me engano é responsável por quarenta por cento do PIB no Brasil, onde ali entre o Skaf e os presentes foi me oferecido o recurso para a campanha".

Skaf tem mantido boa relação com o ex-capitão. Em agosto, abriu as portas da Fiesp para Eduardo Bolsonaro fazer campanha a embaixador nos EUA e elogiou o "rapaz novo, preparado e dinâmico". O deputado seria o canal de contato do presidente da Fiesp com o Aliança pelo Brasil, além do próprio ex-capitão. O empresário integrou a comitiva presidencial que em outubro foi à China, onde organizou reunião com líderes locais. Em novembro, participou do almoço de Bolsonaro com o colega chinês, Xi Jinping, em Brasília. Costuma frequentar eventos no Planalto, como aquele que, em 11 de novembro, lançou a minirreforma trabalhista, ao fim do qual

**PAULO SKAF,
DA FIESP, ENGROSSA
OS ESFORÇOS
PARA A CRIAÇÃO
DO NOVO PARTIDO
DE BOLSONARO,
UM ACENO
AO EXTREMISMO**



incêndio para conquistar doações internacionais por meio da sede brasileira do World Wide Fund for Nature.

De acordo com a polícia, a Brigada Alter do Chão, Aquíferos Alter do Chão e o Projeto Saúde e Alegria teriam servido de "laranjas" e desviado parte desses recursos aos brigadistas. A prova seria uma doação de 70 mil reais da entidade estrangeira para a compra de equipamentos de combate ao fogo. Em entrevista

**Investigação suspeita,
prisões arbitrárias**

coletiva sobre o caso, o delegado José Humberto de Melo destacou uma conversa na qual um dos detidos dizia frases como "estou por trás de tudo" e "quando vocês chegarem vai ter bastante fogo". A transcrição de diálogos telefônicos anexada ao inquérito não revela, porém, quaisquer indícios de crime. As conversas giram em torno das dúvidas de integrantes do projeto em relação às contrapartidas que deveriam apresentar ao patrocínio do WWF, como, por exemplo, por quanto tempo poderiam usar os equipamentos recebidos.

Conhecido pelas águas cristalinas, o balneário de Alter do Chão é um dos principais destinos turísticos do Cerrado amazônico e enfrenta pressão imobiliária de fazendeiros e grileiros. O espetáculo policial contra as ONGs ofusca outra linha de investigação. Ainda em setembro, o Ministério Público Federal apontou que um dos focos do incêndio começou em uma terra invadida na região da Capadócia, área que tem sido desmatada ilegalmente há alguns anos, cuja exploração resultou na condenação de um fazendeiro.



Clementino Neto, vítima da repressão policial autorizada no governo Temer

subiu ao andar do gabinete presidencial acompanhado do secretário de Governo, o general Luiz Eduardo Ramos Baptista.

O fator militar influencia a bolsorização de Skaf. O empresário foi do Exército. Na Fiesp, possui colaboradores fardados. Seu chefe de gabinete é um brigadeiro, Aprígio Azevedo. Seu diretor-executivo de gestão é um general, Antonio Esper. Seu coordenador-executivo dos conselhos e departamentos, também, Adalmir Domingos, amigo de Ramos Baptista. Em 2006, dois anos depois de Skaf assumir a entidade, a Fiesp selou uma parceria com a Escola Superior de Guerra para levar adiante cursos anuais de formação de civis e militares na área de defesa.

A biblioteca da ESG possui material sobre a participação da Fiesp na preparação do golpe de 1964 e na ditadura, inclusive com contribuições em dinheiro, conforme descoberto em 2014 pelo repórter Ricardo Mendonça. Em depoimento em fevereiro daquele ano à Comissão da Verdade da Câmara de Vereadores paulistana, um coronel reformado, Erimá Pinheiro Moreira, de 89 anos, afirmou que a federação subornou o general Amaury

Kruel, que era próximo ao presidente deposto João Goulart, para que ele aderisse ao golpe. Preço: 1,2 milhão de dólares. A Comissão da Verdade criada na Assembleia Legislativa paulista obteve em 2013 documentos que indicavam a entrada de um industrial, integrante da federação, em um centro de tortura, o Dops. Tratava-se do dinamarquês naturalizado brasileiro Hening Boilesen, que defendia o financiamento da repressão, era entusiasta da Operação Bandeirantes, de caça e extermínio de opositores do regime, e acabou assassinado em 1971 por militantes de esquerda.

“O poder econômico exclui a maioria do povo brasileiro”, disse Lula no

**OS MAGISTRADOS
DO TRF4,
NO JULGAMENTO
DO SÍTIO DE ATIBAIA,
DECRETARAM
SEU PRÓPRIO AI-5
CONTRA O SUPREMO**

congresso petista recém-realizado, e “se tem um partido identificado com a democracia, é o PT”, nascido na ditadura. Dias depois, Lula respondeu à declaração de Guedes de que seu incentivo a protestos alimentava um novo AI-5. “Eu participo da política desde 1975 e vocês nunca me viram incitando quebra-quebra. Essa gente, se vir o povo na rua fazendo procissão, carregando vela, vai dizer que a Igreja Católica tá querendo botar fogo no País. O povo tem direito de se manifestar.”

Enquanto respondia a Guedes, Lula viu sua condenação judicial subir a 17 anos de prisão. Deu-se no caso do sítio de Atibaia, no qual o Ministério Público o acusou de aceitar favor de empreiteira na forma de uma reforma no imóvel. O favor teria caracterizado os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, pelos quais a juíza Gabriela Hardt, de Curitiba, sentenciara o petista, em fevereiro, a 12 anos. Sediado em Porto Alegre, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao qual Lula tinha apelado, repetiu a postura do julgamento do triplex do Guarujá, em que também aumentara a pena. Só que agora, dizem os advogados lulistas, os magistrados “afrontaram” o Supremo, que havia decidido em outubro que um réu delatado tem o direito de falar por último no processo, o que não aconteceu no processo de Atibaia.

O TRF4, parece, baixou seu próprio AI-5 contra o Supremo, aquela corte que Eduardo Bolsonaro acredita que, para fechar, bastam um cabo e um soldado. •